

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO



Plano Real: Sua historia e seu resultado

Tomás Jundi Ribeiro

Nº Matrícula: 1912476

Orientador: Prof. Roberto Simonard

Dezembro de 2023

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Plano Real: Sua historia e seu resultado

Tomás Jundi Ribeiro
Nº Matrícula: 1912476

Orientador: Prof. Roberto Simonard

Dezembro de 2023

Declaro que este trabalho é de minha autoria e que não recorri para realizá-lo, a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo professor tutor.

As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva do autor

Agradecimentos

Primeiramente, gostaria de agradecer a minha família, em especial aos meus pais, Fernando e Claudia, e minha irmã, Maria, por todos os sacrifícios em prol da minha educação e pelo amor e suporte que me possibilitaram estar concluindo a graduação na PUC-Rio. Obrigado pelo apoio incondicional e confiança em todas as escolhas que fiz durante a vida.

A minha amorada, Luana, minha maior companheira e incentivadora. Sem você nada disso seria possível.

Ao meu avô, Jorge Carlos Ribeiro, por ter sido fundamental na minha escolha do curso de economia e pelos conselhos, dicas, apoio e suporte durante minha graduação e realização da monografia.

Aos meus amigos que criei durante meu tempo na PUC-Rio e que me inspiram e sempre estiveram presentes nos momentos de maiores dificuldades e felicidades. Agradeço por cada conselho e parceria.

A RBNA Consult onde tive a honra de estagiar ao longo da minha formação. Serei eternamente grato por acreditarem em mim e contribuírem tanto para meu desenvolvimento.

Ao meu orientador, Roberto Simonard, pela orientação, confiança e disponibilidade para realização desse trabalho.

Por fim, agradeço a PUC-Rio pelo que me foi proporcionado ao longo desses anos de graduação, um ensino de excelência e pela completa formação acadêmica e pessoal. Em especial, agradeço a todos os professores do Departamento de Economia, por tudo o que me ensinaram e por terem despertado em mim a paixão pela área. Levarei comigo cada aula e os conhecimentos adquiridos.

Sumário

1. Introdução	7
2. Motivação	8
2.1 Resultados Pretendidos	9
3. Contextualização Historica	10
4. Plano Antecessores	13
4.1 Plano Cruzado	13
4.2 Plano Bresser	16
4.3 Plano Verão	18
4.4 Plano Collor	20
5. Plano Real	24
6. Conclusão	30
7. Referencias Bibliograficas	31

Lista de Tabelas

Tabela 1: Taxa anual de inflação (1970-1989)	12
Tabela 2: Taxa mensal de inflação (1986 – 1990)	16
Tabela 3: Taxas mensais de juros (1987) – Overnight (em %).	18
Tabela 4: Inflação Oficial (IPC) Taxa Mensal (1989 em %).	20
Tabela 5: Inflação mensal - IPCA - (1990 em %).	22

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Dívida externa brasileira em US\$ (1970-1985)	11
Gráfico 2: Comportamento da inflação mensal (1985 – 1996)	23

1. Introdução

O foco desse trabalho é na década de 80 e metade dos anos 90, onde serão analisadas a evolução da inflação e as diversas tentativas de estabilização realizadas pelo governo federal nesse período. O Plano Real, implementado no Brasil em 1994, foi um marco na história econômica do país. Este plano, que introduziu a moeda Real, foi a culminação de uma série de planos econômicos que buscavam estabilizar a economia brasileira, que estava sofrendo com altas taxas de inflação e instabilidade econômica.

Esta monografia tem como objetivo analisar o Plano Real de maneira didática, porém aprofundada, no contexto dos planos econômicos anteriores e avaliar seu impacto e eficácia. A monografia está organizada da seguinte maneira:

- **Contextualização Histórica:** Este capítulo fornece um panorama do ambiente econômico brasileiro antes da implementação do Plano Real.
- **Planos Anteriores:** Este capítulo detalha os planos econômicos implementados antes do Plano Real, incluindo o Plano Cruzado, Plano Bresser, Plano Verão e Plano Collor.
- **Plano Real:** Este capítulo se concentra no Plano Real, detalhando suas políticas específicas e sua implementação.
- **Comparação entre o Plano Real e Planos Anteriores:** Este capítulo compara o Plano Real com os planos econômicos anteriores, avaliando suas semelhanças, diferenças e eficácia relativa.
- **Conclusão:** Este capítulo final resume as descobertas da pesquisa e oferece uma análise dos efeitos a longo prazo do Plano Real na economia brasileira.

Através desta pesquisa, espera-se obter uma compreensão mais profunda do Plano Real e de seu lugar na história econômica do Brasil.

2. Motivação

Embora o Plano Real seja um ponto de virada significativo na economia brasileira, ele não é tão discutido quanto deveria ser fora das aulas de economia. Nas escolas, o tópico é raramente abordado e, quando é, geralmente se limita à introdução da moeda real e ao término da hiperinflação, portanto o estudo do Plano Real e seus planos antecessores é relevante para a pesquisa econômica por várias razões:

- Entendimento da inflação: Os planos anteriores ao Plano Real, como o Plano Cruzado, Plano Verão, Plano Bresser e Plano Collor, foram implementados para combater a alta inflação no Brasil. O estudo desses planos ajuda a entender as causas e os efeitos da inflação em uma economia.
- Políticas de estabilização: O Plano Real foi bem-sucedido em estabilizar a economia brasileira e acabar com a hiperinflação, seu estudo oferece insights valiosos sobre como políticas econômicas eficazes podem ser implementadas para estabilizar uma economia.
- Transição para uma economia de mercado: O Plano Real marcou a transição do Brasil de uma economia fechada para uma economia de mercado, o estudo desse processo é crucial para entender como as reformas econômicas podem afetar o crescimento e o desenvolvimento de um país.
- Impacto social e econômico: O Plano Real teve um impacto significativo na vida dos brasileiros, melhorando o poder de compra e reduzindo a pobreza. O estudo desse plano ajuda a entender como as políticas econômicas podem ter um impacto direto na vida das pessoas.

Assim, a análise do Plano Real e de seus planos antecessores se apresenta como uma fonte valiosa de conhecimento, não apenas para pesquisadores, mas também para indivíduos fora do campo econômico que tenham interesse em política econômica, inflação, reformas de mercado e o impacto social das políticas econômicas.

2.1 Resultados Pretendidos

A pretensão deste estudo é alcançar uma análise detalhada dos planos econômicos implementados no Brasil antes do Plano Real, incluindo seus objetivos, estratégias e resultados, assim como uma compreensão completa do Plano Real, incluindo seus objetivos, estratégias e resultados. Isso também deve incluir uma análise das políticas específicas implementadas como parte do Plano Real, para que possamos fazer uma comparação detalhada entre o Plano Real e os planos econômicos anteriores, destacando as diferenças e semelhanças em termos de estratégias e resultados.

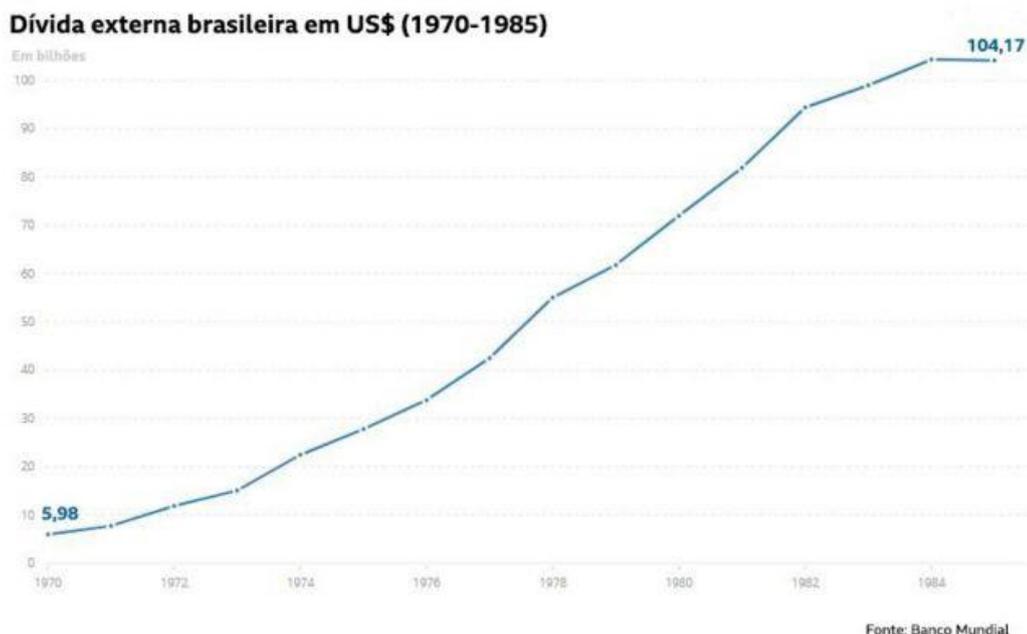
Através dessa comparação, conseguir identificar e analisar os fatores que contribuíram para o sucesso do Plano Real e as implicações de longo prazo do Plano Real para a economia brasileira, incluindo seu impacto na inflação, crescimento econômico e estabilidade econômica.

3. Contextualização histórica:

Na década de 1970, o Brasil passou por um período de grandes mudanças econômicas, influenciadas por políticas de desenvolvimento e eventos internacionais que tiveram um profundo impacto na economia do país. Durante parte dos anos 70, o Brasil viveu um fenômeno chamado “milagre econômico”. Esse período foi marcado por altas taxas de crescimento econômico, alcançando uma média de 10% ao ano entre 1968 e 1973. O crescimento foi impulsionado por investimentos significativos em infraestrutura, industrialização e programas modernizadores.

As políticas econômicas implementadas durante o governo militar, que começou em 1964, tinham como objetivo promover o rápido desenvolvimento do país. Isso incluía a construção de grandes projetos de infraestrutura, como estradas e hidrelétricas, além da implementação de programas para desenvolver a indústria nacional e reduzir as importações. No entanto, esse crescimento foi desigual e se concentrou principalmente em setores específicos da economia, como a indústria pesada e a produção de bens duráveis. Enquanto isso acontecia, outros setores importantes como a agricultura familiar e regiões mais distantes dos centros urbanos foram negligenciados. Essa situação gerou desigualdades sociais e regionais. Porém, a crise do petróleo em 1973 teve um impacto significativo na economia brasileira. O aumento dos preços do petróleo no mercado internacional teve um impacto negativo na balança comercial do Brasil, uma vez que o país era dependente da importação de petróleo. Isso resultou em problemas nas contas externas, um aumento na taxa de inflação e uma desaceleração da economia. Além disso, a crise do petróleo e a instabilidade econômica global levaram o Brasil a acumular cada vez mais dívidas. O país precisou contrair empréstimos para sustentar seu crescimento, resultando em um aumento significativo da dívida externa.

Grafico 1:



Fonte: Banco Mundial com elaboração BBC

O segundo choque do petróleo em 1979, o aumento das taxas de juros globais e a interrupção do fluxo de capital para nações em desenvolvimento devido à crise da moratória mexicana faz com que a década de 80 do Brasil comece com uma persistente crise econômica, com a busca de ajuste externo, com agravamento da inflação e um período de estagnação econômica, além disso as altas taxas de desemprego no país, aumento do endividamento tanto interno quanto externo, políticas monetárias instáveis e uma inflação fora de controle levaram a nova estratégia econômica que englobava redução dos gastos do governo, aumento da arrecadação e controle dos salários, entre outras medidas.

O PIB que havia apresentado um crescimento médio de 8,7% no período de 1971 a 1980, obteve uma queda considerável em 1981 para 3,4%, essa recessão no entanto não conteve a taxa de inflação. Em compensação, houve uma significativa melhoria na balança comercial, o déficit de US\$ 2,8 bilhões foi revertido a um superávit de US\$ 1,2 bilhões, essa melhoria foi impulsionada pela queda nas importações, consequência da recessão. Contudo, o resultado da conta corrente foi severamente afetado pelo aumento de quase 50% no pagamento dos juros da dívida externa, provado pelo aumento das taxas de juros internacionais.

Em 1982, o PIB registrou um ínfimo crescimento de 0,9%, que contribuiu para a redução de importações. No entanto um aumento de 25% nas despesas com juros da dívida, acompanhada de um desempenho abaixo do esperado das exportações,

impôs sérias limitações à capacidade de financiar o déficit no balanço de pagamentos, que levou ao início das negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para a implementação de um plano de assistência financeira.

1983 foi marcado pelas metas acordadas com o FMI, as quais envolviam a redução do déficit público, a definição de um limite para o déficit em conta corrente e desvalorização mensais do cruzeiro acima da taxa de inflação. Buscando evitar que a desvalorização afetasse os índices de preços, houve uma desindexação salarial, levando a um queda entorno de 15% no salário real, além disso, com o objetivo de estimular as exportações, que vinham de um desempenho ruim, uma maxidesvalorização de 30% foi implementada nos primeiros meses.

A aceleração da inflação causada pela maxidesvalorização e por um choque desfavorável na agricultura fez com que o déficit público, altamente indexado, mostrasse tendência de ascendente, o único ponto que permaneceu em desacordo com as metas estabelecidas pelo FMI, houve um recessão de 2,8% do PIB em 1983.

A década de 80 entrou para a história brasileira como um período de diversas transformações na sociedade. Marcada pelo fim da ditadura em 1985 quando o primeiro presidente não militar tomou posse. A década ficou conhecida como “década perdida”, em razão do fraco crescimento econômico no período, além disso, o Brasil passou por uma escalada inflacionária. A inflação subiu de 77,2% em 1979 para 1782,9% em 1989

Tabela 1:

Taxa Anual de Inflação

	%	Ano	%
1970	19.3	1980	110.2
1971	19.5	1981	95.1
1972	15.8	1982	99.7
1973	15.5	1983	211.0
1974	34.6	1984	223.8
1975	29.4	1985	235.1
1976	46.2	1986	65.0
1977	38.8	1987	415.8
1978	40.8	1988	1037.6
1979	77.2	1989	1782.9

Fonte: IGP/FGV (Índice Geral de Preços – Fundação Getúlio Vargas)

4. Análise dos planos anteriores

4.1 Plano Cruzado

Após o fracasso na tentativa de conter a inflação no ano de 1985, o governo lançou o Plano Cruzado em 28 de fevereiro de 1986, com base de decreto-lei nº 2.283, de 27 de fevereiro de 1986, durante o governo de José Sarney quando o Brasil estava passando por uma séria crise econômica e, principalmente, por uma hiperinflação descontrolada. Nos anos anteriores à implementação do plano, a inflação atingiu níveis extremamente altos, chegando a uma taxa anual de 230% entre 1983 e 1985. Esse cenário de hiperinflação causava instabilidade econômica, desencorajava investimentos e afetava o poder de compra dos brasileiros, com os preços de bens e serviços aumentando drasticamente em períodos curtos.

O principal objetivo do Plano Cruzado era combater a inflação, reduzindo-a e estabilizando-a em níveis mais baixos para criar um ambiente econômico mais previsível. Para atingir esse objetivo, o plano adotou uma série de medidas:

- Introdução de uma nova moeda (o Cruzado), cujo valor correspondia a mil unidades do cruzeiro.
- Congelamento de preços de bens e serviços nos níveis do dia 27 de fevereiro de 1986, sob supervisão de órgãos federais e dos “fiscais de Sarney”, que em alguns casos executaram voz de prisão e depredação de estabelecimentos que aumentavam os preços.
- A substituição das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN), amplamente empregadas como indexadores contratuais, pelas Obrigações do Tesouro Nacional (OTN) representou uma mudança significativa. Enquanto as ORTN tinham seu valor ajustado mensalmente de acordo com o índice de inflação, as OTN tiveram seu valor estabelecido e mantido inalterado por um período de um ano. Além disso, a indexação de contratos por períodos inferiores a um ano foi proibida.
- Congelamento da taxa de câmbio por um ano em 1 Dólar = 13,84 Cruzados e 1 Libra = 20,58 Cruzados, medida fundamental para a manutenção do controle de preços.
- Congelamento dos salários pela média de seu valor dos últimos seis meses, os reajustes salariais eram realizados pelo dispositivo “gatilho salarial”, que estabelecia o reajuste automático dos salários sempre que a

inflação alcançasse 20%, com a obrigatoriedade de correção de pelo menos 60% da variação acumulada no índice.

- Criação do IPC (Índice de preços ao consumidor). O “vetor” de preços foi ajustado para a data de início do plano, com o objetivo de impedir que a inflação acumulada de cruzeiros contaminasse o índice de março. Em outras palavras, isso foi feito para garantir que o índice não apresentasse variação positiva, apesar da estabilidade dos preços em cruzados.

O Plano Cruzado inicialmente conseguiu conter a crescente inflação, como resultado do congelamento de preços. Os cinco primeiros meses do plano tiveram uma inflação baixa, a taxa de inflação diminuiu de 14,4% em fevereiro para 0,1% em março, contudo não atingiu o nível defendido pelo governo, nível de inflação zero. No entanto, o “gatilho salarial” afetou negativamente e prejudicou o sucesso do plano, ao mesmo tempo que promovia a recuperação do poder de comprar real, alimentava uma futura inflação de forma exponencial. Quando o índice de preços atingisse 20% (inicialmente, o IPC e posteriormente substituído pelo IPCA, ambos calculados pelo IBGE) haveria um aumento salarial, que levaria a um aumento da demanda e por consequência forçando um aumento dos preços. Caso o gatilho fosse acionado com mais frequência haveria uma maior pressão consumidora levando uma maior pressão sobre os preços.

Cinco meses após o Plano Cruzado tornou-se necessário a implementação de um novo plano de metas, em decorrência do aumento das taxas de inflação e a pressão da demanda, denominado Cruzadinho. Suas principais medidas, cujo objetivo era reduzir o consumo, foram:

- Elaboração de um imposto indireto sob a forma de empréstimo compulsório para certos produtos, como gasolina e automóveis, em conjunto com um imposto sobre compra de moeda estrangeira.
- Exclusão dos aumentos resultantes dos novos importos do cálculo do IPC.

Contudo, o Cruzadinho teve uma breve duração, o temor de um relaxamento das medidas de controle motivou um novo estímulo ao consumo. Apesar dos índices de inflação apresentarem uma leve tendência de alta, a real taxa de inflação da economia não estava sendo devidamente capturada devido à prática de ágio, à escassez de produtos que reduzia a base de coleta de preços e à introdução de novos produtos - uma prática comum para burlar o controle de preços. O resultado foi o

fracasso do pacote em conter o avanço da inflação, evidenciando-se a ineficácia das medidas adotadas.

Um novo conjunto de medidas fiscais divulgado em novembro de 1986, conhecido como Cruzado II, tinha como objetivo aumentar a arrecadação do governo em 4% do PIB, isso foi feito através do ajuste de alguns preços públicos defasados e do aumento de impostos indiretos, contudo, essas ações resultaram imediatamente em um surto inflacionário, com o objetivo de evitar o “gatilho salarial”, os pesos foram modificados no Índice de Preços ao Consumidor (IPC), reduzindo o peso dos itens com preços aumentados. Em uma tentativa de conter a explosão inflacionária gerada pelo mecanismo de correção, foi estabelecido que apenas 20% da inflação acumulada seria repassada naquele momento, reservando o restante para ocasiões futuras. No entanto, em fevereiro, muitos controles foram afrouxados, resultando na ativação quase mensal do mecanismo de correção, o que contribuiu para acelerar ainda mais a inflação. As dificuldades no equilíbrio de pagamentos começaram a surgir devido às pressões geradas pela demanda interna induzida pela política monetária do Plano Cruzado. Mini-desvalorizações diárias foram reintroduzidas, mas as reservas diminuíram a um ritmo tão rápido que o governo suspendeu os pagamentos da dívida externa em fevereiro. Em um cenário de grande incerteza, a indexação voltou a ganhar força. Contratos passaram a ser vinculados às Letras do Banco Central, os bancos foram autorizados a emitir Certificados de Depósito Bancário (CDBs) com taxas pós-fixadas, e a correção monetária passou a ser realizada mensalmente. Além disso, as Obrigações do Tesouro Nacional (OTNs), cujo valor nominal estava congelado desde o início do plano, foram atualizadas. A tabela abaixo ilustra como a inflação deu um salto para cerca de 12% ao mês a partir de janeiro de 1987, mantendo uma tendência de crescimento até o fim do plano, em junho de 1987.

Tabela 2:

Taxa mensal de inflação					
	1986	1987	1988	1989	1990
Jan.	17,8	12,0	19,1	36,6	71,9
Fev.	22,4	14,1	17,6	11,8	71,7
Mar.	-1,0	15,0	18,2	4,2	81,3
Abr.	-0,6	20,1	20,3	5,2	11,3
Mai.	0,3	27,7	19,5	12,8	9,1
Jun.	0,5	25,9	20,8	26,8	
Jul.	0,6	9,3	21,5	37,9	
Ago.	1,3	4,5	22,9	36,5	
Set.	1,1	8,0	25,8	38,9	
Out.	1,4	11,2	27,6	39,7	
Nov.	2,5	14,5	28,0	44,3	
Dez.	7,6	15,9	28,9	49,4	

Fonte: IGP/FGV.

4.2 Plano Bresser:

Lançado em 12 de junho de 1987 durante o governo de José Sarney (1985-1990), o Plano Bresser foi introduzido, para conter a inflação que alcançou o patamar de 20% em abril de 1987. O plano ainda continha elementos heterodoxos, mas desta vez, no projeto, havia uma maior preocupação com o déficit do governo, a elaboração que inflação não era puramente inercial. Ao contrario do Plano Cruzado não era almejado eliminar a inflação, o objetivo era a sua redução. Entre as metas estava a contração da demanda agregada de forma a controlar a inflação, porem sem afetar o crescimento economico. Para alcançar esses objetivos, o Plano Bresser implementou uma série de medidas, algumas consideradas fora do padrão e outras convencionais:

- O plano anunciou a suspensão do “gatilho salarial”
- Estabelecimento da URP (Unidade de Referências de Preços) para indexação salarial e ajuste de preços após o congelamento, calculada como a média do IPC observado nos três meses anteriores, servindo de teto para os reajustes dos proximos três meses. Embora ocorresse ajustes mensais, foi criado uma defasagem entre inflação observada e o ajustamento, ja que a inflação só poderia ter edeito na correção salarial apos os 3 meses.
- Congelamento de preços e salários por um período de 90 dias, enquanto o Plano Cruzado havia decretado um congelamento por tempo indeterminado, era previsto um periodo de flexibilização de preços apos

o trimestre inicial, com a URP servindo como teto de reajustes e o aprendizado do Plano Cruzado fez com que preços fossem aumentados antes do congelamento, com o objetivo de criar uma base de sustentação.

- O “vetor” de preços foi deslocado para a data de início do plano, com o objetivo de evitar distorções no índice de inflação devido a aumentos de preços anteriores. Em oposição ao Plano Cruzado, os aumentos de preço que ocorreram antes do início do plano foram englobados na inflação de junho, buscando amenizar o índice de julho.
- A tablita foi reintroduzida para contratos com remuneração pré-fixada, visando eliminar a expectativa inflacionária incorporada neles; os contratos pós-fixados não foram proibidos.
- Na esfera da política monetária, seria adotada a prática de estabelecer juros reais positivos, diferentemente do que ocorreu no Plano Cruzado, o que foi identificado como um dos fatores responsáveis pelo seu fracasso.

O plano alcançou sucesso temporário ao suspender o processo hiperinflacionário que afetava a economia brasileira. O índice de julho, abordado anteriormente, absorveu todos os aumentos de preços “defensivos” realizados pela equipe econômica; o reposicionamento desses preços para a data de início do plano resultou em uma considerável queda na inflação de julho. O êxito desse controle inicial da explosão inflacionária pode ser atribuído ao congelamento dos salários por três meses e à desativação do mecanismo de reajuste automático salarial.

As políticas contracionistas implementadas pela equipe econômica, como a aplicação de taxas de juros reais positivas e a considerável redução no salário real da economia, geraram um impacto direto na atividade produtiva e comercial. O quadro abaixo exemplifica a postura restritiva da política monetária:

Tabela 3

Mês		Taxas reais
Março	1987	(2.14)
Abril	1987	(4.68)
Maio	1987	1.15
Junho	1987	(6.38)
Julho	1987	5.69
Agosto	1987	1.63
Setembro	1987	2.19
Outubro	1987	0.25

Nota: Deflacionado pelo índice oficial de preços.

Fonte: Bacen – Departamento Econômico.

() Negativo

Notamos uma mudança na tendência das taxas de juros reais, que passaram de níveis negativos, em junho, para atingir 5,69% em julho, porém em outubro, devido o aumento da inflação, é possível observar uma queda das taxas reais para um nível considerado baixo.

O plano logo se viu diante de um amplo descrédito em agosto, quando o governo autorizou o aumento de alguns preços, o limite para o aumento mensal, que era estipulado em URP ou cerca de 4,7% ao mês (calculado com base na média geométrica dos três meses anteriores), foi significativamente ultrapassado. Vários preços foram ajustados em torno de 10%, provocando uma intensa pressão por parte dos trabalhadores, que passaram a demandar, entre outras coisas, a incorporação da inflação de junho nos salários. Em dezembro a inflação já havia alcançado o patamar de 14,1%, resultando no fracasso do plano.

4.3 Plano Verão:

Vindo de uma inflação de 28,8% em dezembro de 1988, o Plano Verão foi anunciado em janeiro de 1989, durante o governo de José Sarney (1985-1990), A Constituição de 1988 trouxe mudanças significativas, como a redução do mandato presidencial de cinco para quatro anos, gerando preocupações políticas em relação ao término antecipado do mandato de José Sarney e sua busca pela reeleição.

O principal objetivo do Plano Verão era combater a inflação e estabilizar a economia brasileira. Para alcançar esses objetivos foi implementado uma série de

medidas:

- Criação de uma nova moeda, que seria equivalente a mil cruzados, o cruzado novo;
- Conversão dos salários pela média do valor real dos 12 meses anteriores;
- A URP foi extinta e não instituída nenhuma outra metodologia de indexação salarial;
- Congelamento de preço por tempo indeterminado, seguindo a linha do Plano Cruzado, ao contrário do período de congelamento de 90 dias estabelecido no Plano Bresser;
- Uso da “tablita” para deflacionar os contratos pré-fixados;
- A mudança do “vetor” de preços para a data de início do plano, seguindo a abordagem dos planos anteriores, foi realizada para evitar a influência da inflação acumulada no índice do primeiro mês após a implementação do plano;
- Ajustes em vários preços públicos e controlados, como gasolina, tarifas de telefone e álcool, ocorreram no dia anterior ao congelamento, com o intuito de estabelecer uma base estável. Esses aumentos foram considerados no índice de janeiro para evitar que influenciassem o índice de fevereiro, uma estratégia similar à adotada no Plano Bresser;
- Políticas monetárias foram tomadas com o objetivo de reduzir a concessão de crédito no país.

Conforme evidenciado na tabela abaixo, o plano conseguiu manter as taxas de inflação baixas por um período de quatro meses (exceto janeiro, quando o índice foi inflado pelos ajustes anteriores ao congelamento). Contudo, já em junho, a economia retornava a um estado hiperinflacionário.

Tabela 4 :

Mês		Inflação
Janeiro	1989	70.3
Fevereiro	1989	3.6
Março	1989	6.1
Abril	1989	7.3
Maio	1989	9.9
Junho	1989	24.8
Julho	1989	28.8
Agosto	1989	29.3
Setembro	1989	36.0
Outubro	1989	37.6
Novembro	1989	41.4
Dezembro	1989	53.6

Com a ausência de uma regra de indexação salarial definida, os trabalhadores iniciaram uma greve geral em março. Em abril, uma série de reajustes foi aprovada em três parcelas e o governo começou a flexibilizar alguns preços autorizados. Em maio, os aumentos de preços se intensificaram, abrangendo serviços públicos, administrados e privados, foi aprovada uma nova regra de reajuste salarial, prevendo correções trimestrais, mas permitindo antecipações mensais caso a inflação ultrapassasse 5% ao mês. Com o IPC atingindo 9.9% em maio, o gatilho seria acionado todo mês, resultando em reajustes mensais. A partir de junho, o congelamento foi suspenso, substituído por um sistema de controle de preços categorizado em cinco grupos com níveis variados de flexibilidade. Em julho, uma nova moratória da dívida externa foi decretada, condicionando o pagamento de juros e remessas de lucros à existência de reservas adequadas. O plano estava destinado ao fracasso e, em dezembro de 1989, a taxa de inflação atingiu um inédito e alarmante patamar de 53.6% ao mês.

4.4 Plano Collor:

Eleito em 1990 o presidente Fernando Collor de Melo lançou seu plano, cujo nome oficial é Plano Brasil Novo, porém devido a associação com o presidente, ficou conhecido como Plano Collor. Um dia após a posse a medida provisória nº 168/90 entrou em vigor, que combinava liberação fiscal e financeira com medidas drásticas para a estabilização da inflação. Entre as medidas tomadas estão:

- O confisco “Confisco” fez com que 80% de todos os depósitos do overnight, das contas correntes ou das cadernetas de poupança que excedessem a 50 mil Cruzados Novos ficassem congelados por 18 meses, recebendo durante esse período uma rentabilidade equivalente a taxa de inflação mais, aproximadamente, 6% ao ano;
- Uma nova moeda corrente, o cruzeiro seria substituído pelo Cruzado Novo numa razão de mil para 1, cruzado novo correspondia a mil cruzado;
- Instituição do IOF, um imposto excepcional e singular aplicado às operações financeiras, abrangendo todos os ativos financeiros, transações envolvendo ouro e ações, bem como todas as retiradas de contas de poupança
- Mais uma vez houve congelamento de preços e salários, que posteriormente seriam ajustados com base na projeção de inflação;
- Buscando exercer o controle fiscal, diversos órgãos governamentais foram encerrados e foi anunciada a intenção do governo de demitir aproximadamente 360 mil funcionários públicos, com o objetivo de reduzir mais de 300 milhões de gastos administrativos. No âmbito do Plano Econômico, diversos incentivos fiscais foram eliminados, abrangendo importações, exportações, agricultura, incentivos fiscais das regiões Norte e Nordeste, bem como da indústria de computadores. Adicionalmente, estava prevista a criação de um imposto sobre grandes fortunas e além disso, houve um aumento das tarifas de serviços públicos, como água e postagem
- A flexibilização do câmbio e uma série de medidas para incentivar uma abertura gradual da economia brasileira à competição externa foram implementadas. Vale ressaltar a frase célebre do Presidente Collor: 'Nossos carros são verdadeiras carroças', usada para descrever o nível tecnológico da indústria nacional

O congelamento, novamente, não surtiu efeito, sendo uma medida considerada traumática para a população. Além disso, o plano como um todo revelou-se falho, uma vez que o confisco da poupança afetava apenas os montantes de dinheiro estagnados, não afetando seu fluxo, o que o tornava ineficaz para conter as raízes

geradoras da inflação. Inicialmente, o plano conseguiu reduzir a inflação, porém nos meses seguintes, o índice voltou a acelerar, especialmente em um período de grande instabilidade econômica, como podemos observar abaixo.

Tabela 5:

Período	Inflação - IPCA - (% a.m.)
1990.01	67,55
1990.02	75,73
1990.03	82,39
1990.04	15,52
1990.05	7,59
1990.06	11,75
1990.07	12,92
1990.08	12,88
1990.09	14,41
1990.10	14,36
1990.11	16,81
1990.12	18,44

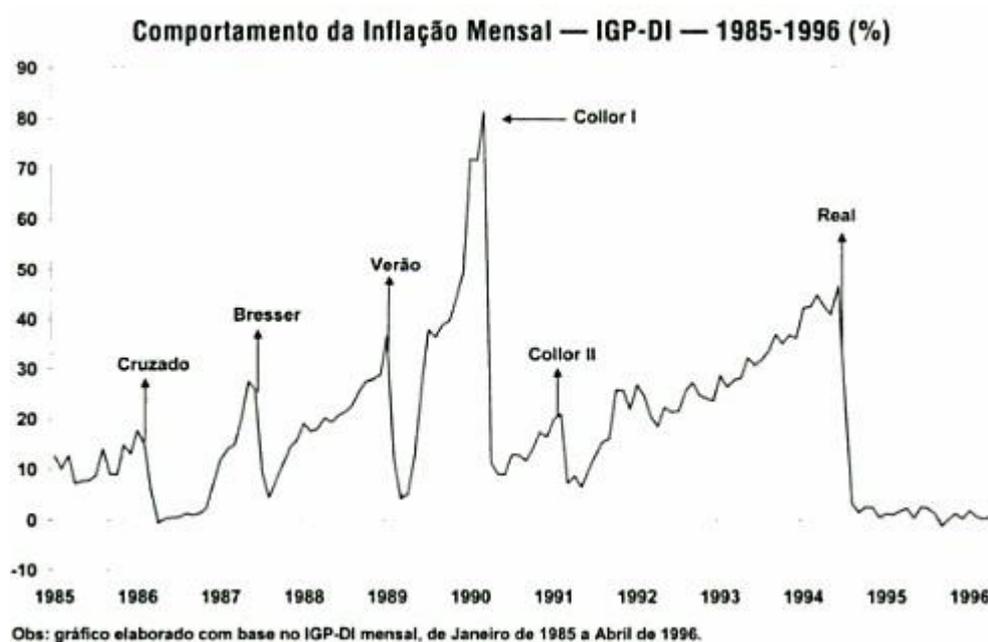
Fonte: IBGE/SNIPC

O excessivo intervencionismo estatal presente no confisco minou a credibilidade do governo e a confiança no sistema financeiro nacional, gerando impactos negativos tanto interna quanto externamente. Além disso, as medidas de restrição fiscal e monetária não apenas falharam em controlar a inflação, mas também resultaram em um cenário recessivo que culminou no fim do plano.

Apresentado aproximadamente um ano após o plano anterior, o segundo Plano Collor visava atender às críticas relacionadas ao ajuste fiscal e comprometeu-se a implementar cortes de gastos mais amplos e substanciais para reequilibrar as finanças nacionais. Além disso, uma medida ousada foi adotada no âmbito monetário, abrindo a economia brasileira para o mercado internacional, a abertura visava ampliar a competição doméstica, buscando provocar uma melhoria na eficiência do setor produtivo brasileiro, bastante defasado após anos de protecionismo do mercado interno em relação aos produtos estrangeiros. Essa iniciativa tinha como objetivo fomentar um ambiente de mercado mais competitivo, que não apenas oferecesse preços mais acessíveis, mas também uma oferta de maior qualidade e quantidade de produtos. O novo plano acabou com o indexadores e os substituiu pela Taxa de Referência de Juros (TR), que uma correção monetária baseada na expectativa de inflação futura, através de um componente chamado de “forward looking”. Assim, o objetivo era eliminar ou, no mínimo, reduzir a inércia inflacionária e suas consequências em cascata. A ideia foi baseada no princípio de

que o mercado e a população observariam as ações do governo rumo a uma maior responsabilidade fiscal e formariam suas expectativas em relação à inflação com base nessas ações. Dessa forma, maiores cortes de despesas poderiam resultar em um cenário de inflação mais favorável, reduzindo-a gradualmente por meio desse ciclo. No entanto, a credibilidade do governo ficou comprometida após o episódio do bloqueio de recursos e os contínuos escândalos políticos, impedindo qualquer progresso significativo nesse sentido, culminando no impeachment e na renúncia do presidente Collor.

Gráfico 2:



Fonte: IGP/FGV.

A análise do gráfico claramente revela que os sucessivos planos não conseguiram superar as limitações de curto prazo no controle do crescimento inflacionário, além disso, os efeitos positivos eram temporários, seguidos por uma retomada da escalada inflacionária em níveis e velocidades superiores aos anteriores. Apesar da heterogeneidade da conjuntura brasileira em comparação com os casos anteriores, mesmo os planos que combinavam medidas ortodoxas e heterodoxas não lograram estabilizar a situação. Embora cada plano tivesse suas particularidades, a repetição de ações desgastadas, como o congelamento de preços, foi uma das principais razões do insucesso. Isso indica que a solução ideal teria que ser significativamente mais complexa e melhor executada, como veremos a seguir.

5. O Plano Real

Fernando Henrique Cardoso é convidado em 1993, pelo então Presidente da República Itamar Franco, para assumir o Ministério da Fazenda, para isso, uma equipe de economistas famosos desenvolveram planos para combater a inflação, idealizados pelos economistas Pécia Arida, André Lara Resende, Gustavo Franco, Pedro Malan e Edmar Bacha, todos graduados e/ou funcionários da Universidade Católica Rio de Janeiro (PUC-RIO), conhecido, devido as duras medidas do programa, como "filhos da PUC". O plano criado pelos economistas teria que enfrentar os seguintes desafios:

- **Inflação descontrolada:** A economia brasileira estava enfrentando taxas extremamente altas de inflação. Isso significa que os preços dos bens e serviços aumentavam exponencialmente, quase todos os dias. A hiperinflação afetava negativamente a vida dos cidadãos, minava a confiança na moeda nacional e tornava o planejamento econômico extremamente difícil.
- **Fracassos dos planos anteriores:** Planos econômicos anteriores, como o Plano Cruzado e o Plano Collor, não conseguiram conter a inflação de forma duradoura. Isso resultou na perda de confiança nas políticas econômicas e governamentais, intensificando ainda mais a crise.
- **Instabilidade política e transições governamentais:** O cenário político brasileiro estava passando por mudanças, com transições entre governos e instabilidades políticas ocorrendo frequentemente. Essa turbulência política adicionou incerteza e dificuldade à implementação de medidas econômicas consistentes.
- **Desconfiança generalizada:** Tanto os cidadãos quanto os agentes econômicos, como empresas e investidores, estavam desconfiados da capacidade do governo em lidar com a crise econômica e controlar a inflação. Isso resultou em uma falta de confiança generalizada no sistema financeiro.

Concepção e Implementação

Os “filhos da PUC”, buscando conter a inflação de forma mais duradoura que seus antecessores, basearam o seu plano em 3 fases:

- Fase 1 : Ajustamento Fiscal

Nos meses anteriores ao lançamento da URV, houve uma tentativa de controlar as contas públicas por meio de um ajuste fiscal rigoroso. Essa iniciativa aproveitou parte dos esforços empreendidos durante o governo Collor, refletidos no Plano de Ação Imediata que incluía aumento de impostos, continuidade no combate à sonegação fiscal e, especialmente, uma revisão nas relações entre o Estado e o sistema bancário, focada principalmente em exercer maior controle sobre os bancos estaduais para evitar que atuassem como financiadores dos governos, saneamento dos bancos federais e renegociação das dívidas dos estados.

No âmbito monetário, a criação do Fundo Social de Emergência foi significativa, visando desvincular receitas governamentais já comprometidas para oferecer mais flexibilidade às políticas. Na esfera monetária, a principal medida foi a substituição do Cruzeiro Novo pelo Cruzeiro Real (com a eliminação de três zeros), uma ação para auxiliar na redução da memória inflacionária, outras iniciativas marcantes foram o Programa Nacional de Desestatização, uma continuação das privatizações iniciadas em anos anteriores, e a proposta de Revisão Constitucional. Essa proposta visava reformas políticas, pacto federativo, quebra dos monopólios estatais, entre outras questões, porém, as propostas mais cruciais foram negadas pelo Congresso

- Fase 2 : Desindexação

A transição de desindexação econômica, entre o Cruzeiro Real e o Real, destacou-se como a fase mais crucial de todo o processo. Nesse período, a implementação completa do mecanismo da URV (Unidade Real de Valor) se concretizou. É crucial salientar que a divulgação prévia de todas as etapas e a clareza do plano tiveram um efeito altamente positivo na credibilidade e

confiança da população. Inicialmente lançada como unidade de conta em março de 1994, a URV estava fixada ao dólar e ajustada diariamente em relação aos preços ainda em vigor na economia em Cruzeiros Reais. Ao ter os salários expressos em URV, o governo permitiu que os mercados convertessem voluntariamente o restante dos preços, esse processo foi fundamental para garantir uma transição sem traumas, diferentemente dos congelamentos anteriores. À medida que a economia aderiu ao programa e à nova unidade monetária, a complexa indexação, anteriormente predominante, reduziu-se a um único índice controlado pelo governo, facilitando a coordenação.

Apesar do período de ajuste dos preços em Cruzeiros Reais ter se transformado em uma escala diária com a indexação da URV, similar a um cenário de hiperinflação crítica, a não circulação da nova moeda impediu o contágio da inflação. Além disso, sua fixação em relação a um índice não afetado pela inflação, como o dólar, evitou a perpetuação da memória inflacionária durante a reforma monetária. Dessa forma, além de buscar desindexar a economia do nível em que se encontrava, essa fase de transição tinha como objetivo restaurar as funções da moeda que são gradativamente perdidas durante um período de hiperinflação. Inicialmente, a URV retomou a função monetária de unidade de conta para assegurar sua credibilidade sem enfrentar grandes desvalorizações e posteriormente, ao se converter em Real, em julho do mesmo ano, a moeda nacional voltou a exercer a função de reserva de valor, pois, devido à indexação e ao compromisso com o plano, se equiparou ao dólar em confiabilidade.

- Fase 3 : Euforia do Consumo e Âncora Nominal

A entrada do Real como moeda nacional, desempenhando os papéis de unidade de conta, meio de pagamento e reserva de valor, teve impactos extraordinários. Os efeitos iniciais podem ser quantificados, como a queda abrupta na taxa de inflação: no primeiro semestre de 1994, atingia 780%, durante a transição da URV subiu para 45% ao mês, apenas para cair para 18% no segundo semestre e 35% nos 12 meses após o lançamento do Real. Era natural que a redução drástica da inflação, aliada ao aumento real dos

salários e do poder de compra, desencadeasse um boom de consumo. Para evitar que essa euforia resultasse em inflação de demanda, medidas foram adotadas para restringir a liquidez. Aumentos nos depósitos compulsórios, visando reduzir a base monetária em circulação, e o incremento das taxas de juros tiveram o efeito de conter o consumo e prevenir desequilíbrios nos mercados, algo diferente das tentativas de estabilização anteriores.

No contexto cambial, após adotar metas estabelecendo um teto em 1 real = 1 dólar, o sistema evoluiu para bandas cambiais com certa margem de flutuação, havendo intervenções governamentais para manter essa estabilidade, que permitiu a celebração de contratos de longo prazo, graças à expectativa ampliada de estabilidade. Além disso, o câmbio favorável e maior abertura econômica exerceram pressão nos preços de bens comercializáveis, promovendo a convergência da inflação para padrões internacionais mais estáveis. Entretanto, apesar da importância da ancoragem cambial para manter a paridade do Real em relação ao dólar, as intervenções frequentes do Banco Central no mercado cambial impactaram negativamente as reservas nacionais. No que tange aos juros, a chamada "âncora dos juros" também desempenhou papel importante nessa paridade. Manter as taxas de juros em patamares superiores aos do resto do mundo evitou uma fuga maior de divisas e, de certa forma, contribuiu para a execução e sucesso dessa terceira fase.

Impactos

Os primeiros meses do Plano renderam resultados muito positivos. Sem dúvida, a fase inicial foi um sucesso na reforma monetária, embora tenha deixado claro a necessidade contínua de certas condições para mantê-lo. Nos dados mensais de inflação de 1994, vimos uma queda acentuada a partir de julho, como podemos observar no gráfico 2, após um aumento no primeiro semestre em resposta às expectativas em torno da terceira fase do Programa. A política cambial permitiu a valorização do Real até meados de setembro, quando a taxa de câmbio estava abaixo de um, a valorização foi benéfica, pois o Banco Central evitou injetar moeda na economia ao não precisar comprar moeda estrangeira, evitando assim o aumento da base monetária e as taxas de juros que haviam sido mantidas em patamares altos pelo Banco Central no início do ano em resposta às especulações do mercado,

caíram a partir de julho com a expectativa de redução da inflação.

Durante o primeiro semestre de 1994, a propensão ao consumo diminuiu devido à incerteza em relação à última fase do plano, por isso amentar a confiança do consumidor foi crucial para reativar essa propensão ao consumo, tanto que logo após a implementação do Real, houve uma forte pressão para aumentar o consumo, a renda disponível aumentou, beneficiando especialmente a população de baixa renda, que antes via seus salários rapidamente corroídos pela inflação elevada. A expansão do crédito também impulsionou essa pressão sobre o consumo, permitindo prazos de pagamento mais longos e um aumento significativo nas vendas de cartões de crédito. O governo, diante da pressão pelo aumento do consumo, implementou medidas para conter o crédito e evitar uma demanda excessiva que poderia resultar em aumento de preços.

Os resultados iniciais do plano foram vitais e a queda na taxa de inflação era essencial para evitar o retorno da indexação na economia. Essa queda imediata também contribuiu para fortalecer a opinião pública em favor do governo e do plano, além de ser crucial para conquistar o apoio do Congresso, necessário para aprovar reformas estruturais como a tributária e a constitucional, ainda pendentes na época, mas fundamentais para o sucesso do plano.

A implementação do plano foi amplamente aceita pelo público e seus primeiros efeitos influenciaram o cenário político, incluindo a eleição de Fernando Henrique Cardoso como presidente em outubro do mesmo ano. A maioria via o plano como benéfico para o país, e a eleição de Cardoso foi crucial para dar continuidade à política alinhada com o Programa de Estabilização Econômica.

A diferença entre o plano real e seus antecessores

O Plano Real e antecessores foram planos de estabilização com o objetivo de trazer a remonetização da economia através da estabilidade de preços, porém o Real se diferencia em aspectos que foram fundamentais para seu sucesso, como :

- **Congelamento de preços:** Todos os planos anteriores tem em comum é o congelamento de preços, de forma diferente, já que os Planos Collor, Verão e Cruzado congelaram por tempo indefinido, enquanto no Plano Bresser duraria 90 dias, o Real ao contrario não adotou nenhuma medida coercitiva de combate a inflação.
- **Políticas Complementares:** O Plano Real, implementado em 1994, diferenciou-se dos antecessores ao adotar uma abordagem mais ampla e estrutural para enfrentar a inflação. Em vez de medidas temporárias, focou em mudanças mais profundas na política monetária e cambial, visando estabilidade a longo prazo
- **Realismo na Conversão da Moeda:** Ao contrário de outros planos que simplesmente trocaram a moeda sem corrigir as causas subjacentes da inflação, o Plano Real adotou a URV, inicialmente lançada como unidade de conta em março de 1994, permitiu a conversão voluntária dos preços, facilitando a transição, a fixação da URV a um índice não inflacionário como o dólar ajudou a evitar a memória inflacionária na reforma monetária. A transição buscou restaurar as funções da moeda perdidas durante a hiperinflação, inicialmente como unidade de conta e, ao se tornar Real, como reserva de valor, equiparando-se ao dólar em confiabilidade
- **Contenção Fiscal e Política Monetária:** O Plano Real adotou políticas fiscais e monetárias rigorosas para controlar a expansão da moeda, que incluíram aumento de impostos, combate à sonegação fiscal e revisão das relações Estado-bancos, evitando assim o financiamento inflacionário. Houve ainda a proposta de Revisão Constitucional para reformas políticas e quebra de monopólios estatais, mas as propostas mais importantes foram rejeitadas pelo Congresso.
- **Apoio Político e Social:** Diferentemente dos planos anteriores, o Plano Real, com sua divulgação prévia de todas as etapas e a clareza, conseguiu um amplo apoio político e social, o que foi crucial para sua implementação e continuidade.

O Plano Real destacou-se significativamente dos planos anteriores ao priorizar uma abordagem estrutural e de longo prazo para estabilizar a economia. A atenção às políticas monetárias, o apoio político e social, bem como a real correção das causas subjacentes da inflação, foram fatores determinantes para o sucesso e a sustentabilidade desse plano em comparação aos seus predecessores.

6. Conclusão

Após um extenso período na história brasileira, onde o processo inflacionário ganhou força devido aos cada vez mais frequentes mecanismos de indexação, o país se viu à beira da hiperinflação. O Plano Real emergiu como uma interrupção crucial nessa sequência de tentativas mal sucedidas de combater a inflação. Sua implementação não se restringiu à redução da inflação a curto prazo; foi construído sobre alicerces de fundamentos macroeconômicos sólidos, visando a um resultado vitorioso que possibilitasse ao país unir crescimento sustentável com inflação controlada.

Similar aos planos anteriores, o Plano Real reconheceu que a inflação passada se transformava em pressões inflacionárias futuras através dos mecanismos de indexação. No entanto, foi além disso. Não adotou medidas de curto prazo, como congelamentos de preços, que poderiam gerar pressões de demanda e inflação no médio prazo. Em vez disso, buscou conquistar a credibilidade da população, evitando que as expectativas dos agentes econômicos fossem prejudiciais ao novo plano. Além disso, diferentemente de estratégias que confiavam em confisco de ativos para reduzir a inflação, como o Plano Collor, o Plano Real se baseou em propostas de combate à inflação, como a ideia da "moeda indexada", que buscava indexar totalmente a economia para desindexá-la e romper com a inércia inflacionária. A ousadia e a competência da equipe econômica permitiram uma reforma monetária inédita no Brasil: a completa indexação da economia através da URV, sua subsequente transformação em Real e a desindexação da economia, evitando apenas uma solução temporária para a inflação.

O Plano também reconheceu a necessidade de um ajuste fiscal, entendendo que uma reforma monetária sozinha não sustentaria uma inflação baixa. A importância da política fiscal e do controle do déficit público foi clara para a equipe econômica, sendo o ajuste fiscal a primeira etapa consistente no Programa de Estabilização Econômica.

7. Referências Bibliográficas

- CARVALHEIRO, Nelson. “Planejamento no Brasil II”
- Simonsen, M. H. “30 Anos de Indexação”. Fundação Getúlio Vargas, 1995.
- Modiano, Eduardo. “A Ópera dos Três Cruzados: “1985-1989”
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos. “O Décimo - Primeiro Plano de Estabilização” - In João Paulo dos Reis Velloso, coord. (1992) "Combate à Inflação e Reforma Fiscal". Rio de Janeiro: José Olympio: 132-150
- Plano Cruzado: o que foi e qual era o objetivo desse plano econômico?
Disponível em: <https://www.suno.com.br/artigos/plano-cruzado/>
Acessado em 16 de setembro de 2023
- Plano Bresser: entenda mais sobre o que foi esse plano econômico
Disponível em: <https://www.suno.com.br/artigos/plano-bresser/>
Acessado em 16 de setembro de 2023
- Plano Verão: o que foi e por qual motivo ele falhou?
Disponível em: <https://www.suno.com.br/artigos/plano-verao/>
Acessado em 17 de setembro de 2023
- Plano Collor: como funcionou o plano do confisco da poupança?
Disponível em: <https://www.suno.com.br/artigos/plano-collor/>
Acessado em 17 de setembro de 2023
- Abreu, Marcelo de Paiva, A Ordem do Progresso – Dois Séculos de Política Econômica no Brasil, 2ª edição, Rio de Janeiro: Editora Campus/Elsevier, 2014.
- Baer, Werner, A Economia Brasileira, 3ª edição, São Paulo: Editora Nobel, 2009.
- PRADO, Maria Clara R. M. A real história do Plano Real: Uma moeda cunhada no consenso democrático.
- Andima. “Plano Real; Relatório Econômico”. 1994.
- Rocca, Carlos A. “Brazil’s Plano Real: A Real Chance of Success?”, 1993
- BAER, Mônica. “O rumo perdido: A crise fiscal e financeira do estado brasileiro”
- SIMONSEN, Mário Henrique e BARBOSA, Fernando de H. “Plano Cruzado: Inércia x Inépcia”
- Franco, Gustavo H. “O Plano Real e a URV”

- Abreu, Marcelo. P. “A Ordem do Progresso; Cem Anos de Política Econômica Republicana 1889-1989”

- <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>

Acessado diversas vezes entre setembro e novembro de 2023

- CRAVEIRO, Barbara. “O fracasso dos Planos de Estabilização Pré-Plano Real”, 2010

https://www.econ.puc-rio.br/uploads/adm/trabalhos/files/Barbara_Craveiro_Bezerra.pdf

- MARCELINO, João Carlos Ferreira. “ O relativo êxito do plano real: tecnocracia e conjuntura”, 2023.

Links: [TCC João Carlos Ferreira Marcelino.pdf \(ufpe.br\)](#)

[RI UFPE: O relativo êxito do plano real: tecnocracia e conjuntura.](#)